

Integração Transmissora de Energia S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Examinamos as demonstrações contábeis da Integração Transmissora de Energia S.A. ("Intesa" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos


Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2013	2012 (Reclassificado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012 (Reclassificado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.206	2.354	Fornecedores		857	1.801
Ativo financeiro	5.3	102.670	100.892	Financiamentos	9	31.259	38.389
Despesas antecipadas		168	179	Dividendos propostos		7.513	6.838
Tributos e contribuições compensáveis		553	575	Imposto de renda e contribuição social		1.271	1.490
Serviço em curso		979	907	Impostos e contribuições a recolher		1.323	1.007
Outros ativos		51	6	Provisões de encargos setoriais		2.643	2.174
				Outros passivos		376	288
		<u>110.627</u>	<u>104.913</u>			<u>45.242</u>	<u>51.987</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos		178.472	209.067
Depósitos judiciais		6	6	Impostos e contribuição social diferidos	15	23.753	22.924
Títulos e valores mobiliários		12.402	13.294	Pis e Cofins diferidos		55.317	57.794
Ativo financeiro	5.3	520.278	539.241	Incentivos fiscais		16.080	16.620
						<u>273.622</u>	<u>306.405</u>
		<u>532.686</u>	<u>552.541</u>	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		170.000	170.000
				Reserva legal		8.079	6.498
				Reserva de incentivos fiscais		19.997	14.243
				Reserva de retenção de lucros		114.138	92.973
				Reserva de dividendos não distribuídos		12.235	15.348
						<u>324.449</u>	<u>299.062</u>
Total do ativo		<u><u>643.313</u></u>	<u><u>657.454</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>643.313</u></u>	<u><u>657.454</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	11	77.837	78.726
Custo dos serviços prestados	12	<u>(11.386)</u>	<u>(9.573)</u>
Lucro bruto		<u>66.451</u>	<u>69.153</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(4.756)	(2.540)
Outras despesas operacionais		<u>(112)</u>	<u>(112)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>61.695</u>	<u>66.501</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	14	<u>(17.058)</u>	<u>(23.925)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15	44.637	42.576
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)		(13.003)	(13.783)
Subvenção do imposto de renda		<u>5.753</u>	<u>5.915</u>
Lucro líquido do exercício		<u>37.387</u>	<u>34.708</u>
Lucro básico e diluído por ação		<u>0,22</u>	<u>0,20</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de lucro						Total
	Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenções para incentivos fiscais	Dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	170.000	5.058	75.571	8.328	5.630		264.587
Lucro líquido do exercício						34.708	34.708
Constituição de reservas		1.440	20.515	5.915		(27.870)	
Constituição de dividendos até 2010			(3.113)		3.113		
Dividendos mínimos obrigatórios (revertidos)					6.605		6.605
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios						(6.838)	(6.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	170.000	6.498	92.973	14.243	15.348		299.062
Lucro líquido do exercício						37.387	37.387
Constituição de reservas		1.581	22.098	5.754		(29.433)	
Ajuste de reserva (*)			(933)				(933)
Pagamento de dividendos					(3.113)		(3.113)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios						(7.513)	(7.513)
Imposto retido na fonte sobre juros sobre capital próprio						(441)	(441)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>170.000</u>	<u>8.079</u>	<u>114.138</u>	<u>19.997</u>	<u>12.235</u>		<u>324.449</u>

(*) Ajuste de reserva para alinhamento do ICPC01, tendo como contrapartida o ativo financeiro.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.637	42.576
Ajustes			
Juros sobre financiamentos		17.818	25.974
Remuneração do ativo financeiro		(74.688)	(79.660)
Provisão para contingência trabalhista			(202)
		(12.233)	(11.312)
Variações nos ativos e passivos			
Titulo e valores mobiliários		892	902
Despesas antecipadas		11	7
Tributo e contribuições compensáveis		22	2
Outros ativos		(117)	(822)
Fornecedores		(944)	171
Encargos setoriais		469	(452)
Impostos de renda e contribuição social		(933)	
Pis e Cofins diferidos		(2.477)	
Impostos e contribuições a recolher		316	56
Outros passivos		(894)	(586)
Caixa proveniente das operações		(15.882)	(12.034)
Remuneração recebida do ativo financeiro da concessão		90.940	91.337
Juros pagos		(17.949)	(25.940)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.706)	(5.549)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		51.397	47.814
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimento em ativo financeiro da concessão			(933)
Baixa no ativo financeiro da concessão			269
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(664)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos aos acionistas		(9.950)	
Amortização de financiamentos		(37.595)	(50.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(47.545)	(50.782)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.852	(3.632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.354	5.986
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		6.206	2.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas		
(+) Receita financeira (atualização do ativo)	74.688	79.660
(+) Receita de operação e manutenção	10.890	9.425
(+) Compartilhamento de rede	953	896
(+) Outras receitas	851	539
	<u>87.382</u>	<u>90.520</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Material de consumo	519	298
Serviço de terceiros	10.253	8.680
Outras despesas	1.411	134
	<u>12.183</u>	<u>9.112</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>75.199</u>	<u>81.408</u>
Valor adicionado recebido e transferência		
Receitas financeiras	1.499	2.189
	<u>1.499</u>	<u>2.189</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>76.698</u>	<u>83.597</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários de pessoal e administradores	2.810	1.942
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	13.155	15.773
INSS	396	280
Estadual	69	241
Encargo do setor	4.081	3.895
Taxa de fiscalização a ANEEL	411	427
Financiadores		
Despesas financeiras	1.205	4.515
Juros BNDES	17.352	21.598
Alugueis	273	218
Dividendos	7.513	6.838
Lucros retidos do exercício	29.433	27.870
	<u>76.698</u>	<u>83.597</u>
Valor adicionado distribuído	<u>76.698</u>	<u>83.597</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A INTESA -Integração Transmissora de Energia S.A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005 e por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela ELETRONORTE, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

A INTESA detém a concessão para construção, operação e manutenção das Linhas de Transmissão de 500 kV, circuito simples da interligação Norte-Sul, trecho 2, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção comando, controle, telecomunicação, e apoio, nos termos do decreto de outorga de concessão, de 3 de abril de 2006 e do contrato de concessão nº 002/2006 de 27 de abril de 2006, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL. O prazo de concessão da exploração da linha de transmissão é de 30 anos contados a partir da celebração. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida-RAP será reduzida em 50% do valor vigente do 15º ano, até o final do prazo de concessão.

Conforme determinado no contrato de concessão caberá a Companhia a prestação de serviço público de transmissão de acordo com as regras e critérios estabelecidos pela ANEEL.

É de competência da Companhia captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários a adequada prestação de serviço regulado no contrato.

Com base na receita anual permitida do ano base de 2013 a Companhia terá ingressos totais de recursos de R\$ 967.243 até agosto de 2023 e de R\$ 640.586 a partir desta data e até o final da concessão.

Os trechos de operação pela Companhia são:

Trecho	kV	Extensão Km	Estado
Colinas- Miracema	500	173	TO
Miracema - Gurupi	500	255	TO
Gurupi -Peixe 2	500	72	TO
Peixe 2 -Serra da Mesa 2	500	195	TO/GO
Extensão total da concessão		<u>695</u>	

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

A Companhia goza de incentivos fiscais, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial-TARE firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas e à importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, quando destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão contabilizados no passivo não circulante, sendo mensalmente amortizado pelo prazo do Contrato de Concessão.

A Companhia obteve em 2009 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de janeiro de 2014.

2 Reapresentação das cifras comparativas

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 estão reapresentadas, de forma a demonstrar o ajuste decorrente do seguinte assunto:

Segregação do Ativo financeiro entre Ativo circulante e Ativo não circulante

Em 2013 foi identificado ajuste na apresentação do período comparativo do exercício de 2012, relacionada à segregação entre Ativo circulante e Ativo não circulante da rubrica de Ativo financeiro. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Ativo financeiro	91.093	9.799	100.892
Não circulante			
Ativo financeiro	<u>549.040</u>	<u>(9.799)</u>	<u>539.241</u>
	<u>640.133</u>	<u> </u>	<u>640.133</u>

3 Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Nossa avaliação considerou a nova metodologia do VNR (Valor Novo de Reposição) instituído pelo poder concedente, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

(c) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(d) Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transformação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(e) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(f) Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

(g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(h) Subvenção de imposto de renda

Refere-se ao benefício do lucro de exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida operacional.

(i) Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

(j) Reconhecimento de receita

Compreendem principalmente as seguintes atividades:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de 12,70% ao ano.
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Companhia não apura margem de construção.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores.

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispôs sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. O art. 15 da MP 579 elencou critérios gerais para cálculo da indenização, com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR para a parcela dos investimentos ainda não amortizados ou não depreciados.

Em 14 de setembro de 2012 foi editado o Decreto nº 7.805, regulamentando as condições para prorrogação e a antecipação dos efeitos dessa prorrogação as tarifas dos consumidores finais. O art.9º do Decreto reforçou a utilização da metodologia do VNR para cálculo das indenizações dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados, considerando-se a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação, até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Embora a Integração Transmissora de Energia S.A. não esteja diretamente afetada pelos efeitos das antecipações das renovações das concessões, a administração da Companhia avaliou internamente que o valor novo de reposição não é inferior ao valor contábil, não requerendo alterações nos saldos contábeis. Tal avaliação está em conformidade com a mudança de metodologia pelo Poder Concedente ANEEL para indenização dos ativos ainda não depreciados e não amortizados, incorporando o conceito do valor novo de reposição, que foi a base para indenização dos ativos das empresas que anteciparam suas renovações e confirmado pela Medida Provisória 579, Decreto 7.805 e Lei 12.183 de 11 de janeiro de 2013 (que converteu a Medida Provisória em Lei).

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras os valores de PIS/COFINS diferidos em contrapartida ao ativo financeiro.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

Salvo pelos Depósitos e cauções vinculados e o ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(c) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação da TJLP e do CDI.

(d) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido do passivo não circulante)	318.864	358.392
Total do patrimônio líquido	<u>324.449</u>	<u>299.062</u>
Índice de alavancagem financeira - %	0,9	1,2

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2013</u>		
	<u>Recebíveis</u>	<u>Mensurado ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Ativo financeiro	622.948		622.948
Caixa	26		26
Equivalentes de caixa		6.180	6.180
Títulos e valores mobiliários		<u>12.402</u>	<u>12.402</u>
	<u>622.974</u>	<u>18.582</u>	<u>641.556</u>
		<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		209.731	209.731
Fornecedores		<u>857</u>	<u>857</u>
		<u>210.588</u>	<u>210.588</u>

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais

	2012		
	Recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Ativo financeiro	640.133		640.133
Caixa	25		25
Equivalentes de caixa		2.329	2.329
Títulos e valores mobiliários		13.294	13.294
	<u>640.158</u>	<u>15.623</u>	<u>655.781</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Outros passivos financeiros	Total
Financiamentos		247.456	247.456
Fornecedores		1.801	1.801
		<u>249.257</u>	<u>249.257</u>

5.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2013	2012
Instrumentos financeiros ativos (Contra partes sem classificação externa de crédito)		
Ativo financeiro (vide nota nº 8)	622.948	640.133
Fundo fixo	3	2
	<u>622.951</u>	<u>640.135</u>
Instrumentos financeiros ativos (Contra partes com classificação externa de crédito(Standard & Poor's))		
Banco do Brasil	3	7
Banco Itaú	20	17
Banco Itaú - CDB	6.180	2.328
	<u>6.203</u>	<u>2.352</u>
Títulos e valores mobiliários Contra partes com classificação externa de crédito(Standard & Poor's)		
Banco Itaú	12.402	13.294
Total do ativo financeiro	<u>12.402</u>	<u>13.294</u>

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	26	25
Certificados de depósitos bancários (*)	<u>6.180</u>	<u>2.329</u>
	<u>6.206</u>	<u>2.354</u>

(*) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundos vinculados (a)	<u>12.402</u>	<u>13.294</u>
Totais títulos e valores mobiliários	<u>12.402</u>	<u>13.294</u>

(a) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

8 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A ser recebido na operação	537.668	554.069
A ser recebido por indenização	<u>85.280</u>	<u>86.064</u>
	<u>622.948</u>	<u>640.133</u>
Circulante	<u>102.670</u>	<u>100.892</u>
Não circulante	<u>520.278</u>	<u>539.241</u>

A parcela do curto prazo refere-se à entrada de caixa prevista para os próximos 12 meses decorrentes da RAP do exercício seguinte e saldo faturado em 2013 com vencimento para 2014.

O valor a ser recebido através de indenização foi calculado com base na metodologia do valor novo de reposição (Nota 4) estimado até o final da concessão deduzidos depreciação pelas novas taxas da ANEEL instituído pela Resolução 496/2012 determinada pelo órgão regulador aplicada ao saldo anteriormente classificado como ativo imobilizado.

O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2013 apresentou percentual médio de 12,70% a.a. sendo os recebimentos de caixa através da RAP baixados diretamente desse ativo.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais

9 Financiamentos

<u>Moeda nacional</u>	<u>Taxa anual de juros e Comissões - %</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Financiamento BNDES	2,9% + TJLP	209.731	240.415
ITAÚ BBA	6,2% + CDI		7.041
		<u>209.731</u>	<u>247.456</u>
Totais - Principal		209.068	246.662
Totais - Encargos da dívida		<u>663</u>	<u>794</u>
Circulante		31.259	38.389
Não circulante		<u>178.472</u>	<u>209.067</u>
		209.731	247.456

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos à longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Vencimentos</u>	<u>BNDES</u>
2015	30.595
2016	30.595
2017	30.595
2018	30.595
2019 em diante	<u>56.092</u>
	<u>178.472</u>

(a) Garantias concedidas

- Penhor de direitos emergentes da concessão.
- Penhor de ações.
- Penhor de direitos creditórios.

(b) Covenants financeiros

O vencimento da primeira parcela do financiamento do BNDES ocorreu em novembro de 2008 conforme determina o contrato. Com este financiamento a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- Índice de capitalização (Patrimônio líquido/Ativo total) igual ou superior a 0,3 (três décimos).
- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a partir de 2013.
- Não distribuição de dividendos até a Companhia comprovar ICSD mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos).

Todas as cláusulas restritivas requeridas pelo BNDES estão sendo atendidas.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 170.000, está representado por 170.000 ações ordinárias de R\$ 1,00 cada.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP)	86.700	51
Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE)	62.900	37
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	<u>20.400</u>	<u>12</u>
	<u>170.000</u>	<u>100</u>

(b) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos covenants do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia

(d) Dividendos propostos

Em 2013 o valor dos dividendos propostos foram liquidados, conforme abaixo:

<u>Mês/ano</u>	<u>Histórico</u>	<u>Documento</u>	<u>Valor</u>
Setembro/2013	Dividendos 2008	Conf. 56 ^a RCA	234
Setembro /2013	Dividendos 2012	Conf. 54 ^a RCA	3.350
Outubro/2013	Dividendos 2012	Conf. 54 ^a RCA	3.488
Outubro/2013	Dividendos 2008	Conf. 56 ^a RCA	244
Dezembro/2013	Dividendos 2009	Conf. 56 ^a RCA	<u>2.634</u>
			<u>9.950</u>

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

11 Receita

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta de serviços		
Receita financeira - atualização do ativo	74.688	79.660
Receita de operação e manutenção	10.890	9.425
Compartilhamento de rede	953	896
Outras receitas	<u>851</u>	<u>539</u>
	<u>87.382</u>	<u>90.520</u>
Impostos sobre receita	(5.464)	(7.899)
Encargos setoriais	<u>(4.081)</u>	<u>(3.895)</u>
	<u>(9.545)</u>	<u>(11.794)</u>
Receita líquida de serviços	<u><u>77.837</u></u>	<u><u>78.726</u></u>

12 Custos sobre serviços

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo de operação	972	1.008
Serviços de terceiros	9.145	7.897
Pessoal	<u>1.269</u>	<u>668</u>
	<u><u>11.386</u></u>	<u><u>9.573</u></u>

13 Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	1.113	980
Administradores	825	573
Serviços de terceiros	1.108	783
Investimentos na concessão sem receita vinculada	1.380	0
Outros	<u>330</u>	<u>204</u>
	<u><u>4.756</u></u>	<u><u>2.540</u></u>

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

14 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

Contas	2013	2012
Receitas		
Rendimento sobre aplicação	1.480	2.178
Acréscimos moratórios	19	11
	<u>1.499</u>	<u>2.189</u>
Despesas		
Encargos sobre financiamentos (BNDES)	17.352	21.598
Encargos sobre financiamentos (ITAÚ)	676	3.898
Encargos sobre parcelamento (Eletronorte)	216	478
Outros	313	140
	<u>18.557</u>	<u>26.114</u>
	<u>(17.058)</u>	<u>(23.925)</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.637	42.576
Juros sobre capital próprio	(6.000)	
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>38.637</u>	<u>42.576</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	13.136	14.475
Outras adições e exclusões	(133)	(693)
	<u>13.003</u>	<u>13.783</u>

(b) Subvenção de imposto de renda

A Companhia obteve em 2009 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são provenientes dos efeitos da adoção das novas práticas contábeis, contidas no ICPC 01, e sua constituição é feita com base nas citadas alíquotas nominais a que a Companhia está sujeita.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	22.924	21.562
Constituição de imposto de renda diferido	609	1.001
Constituição de contribuição social diferida	<u>220</u>	<u>361</u>
Saldo final	<u><u>23.753</u></u>	<u><u>22.924</u></u>

16 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelo montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

<u>Ramo</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Veículos	03.12.2013 a 03.12.2014	200
Riscos nomeados operacionais (**)	27.07.2013 a 27.07.2014	30.000
Responsabilidade civil geral	27.07.2013 a 27.07.2014	10.000

(**) por cada subestação

O contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das Instalações de Transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha contratado seguros para garantir a cobertura das subestações nas instalações de transmissão.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

17 Contingências

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo- principalmente nas esferas ambiental. A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Companhia recebeu 2 autuações do Ibama por supostamente deixar de atender:

- (1) uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100.000,00; e
- (2) uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.000,00.

A autuação referente à condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007 deu origem a uma Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara Federal da Comarca de Palmas, e uma Ação Penal em trâmite na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins, ambas propostas pelo Ministério Público Federal.

A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todos os procedimentos informados acima relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas pela mesma.

Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda possível, portanto em 31 de dezembro de 2013 não foram registrados quaisquer valores nas demonstrações financeiras decorrentes dessas ações.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

18 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui saldo em aberto ou operações durante o ano decorrentes de transações com partes relacionadas:

Transações	Ativo		Passivo			Resultado	
	Ativo financeiro (Contas a receber)	Empréstimos	Dividendos e juros sobre capital próprio	Fornecedores	Custo com O&M	Despesa financeira	Saldo líquido
Eletronorte	830		2.780	219	2.561	216	2.777
Chesf	1.123		902				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.953		3.682	219	2.561	216	2.777
Eletronorte	674	934		219	2.217	478	2.695
Chesf	937						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.611	934	0	219	2.217	478	2.695

* * *